

A qualidade da educação do Amapá e seu reflexo nos indicadores do Ideb de suas escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental

The quality of education in Amapá and its reflection on Ideb indicators of its public schools in the early years of elementary school

La calidad de la educación en Amapá y su reflejo en indicadores Ideb de sus colegios públicos en los primeros años de la escuela

Recebido: 27/07/2022 | Revisado: 05/08/2022 | Aceito: 08/08/2022 | Publicado: 17/08/2022

Francisco das Chagas Rodrigues de Moraes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5035-0859>

Universidade Federal do Amapá, Brasil

E-mail: fcmoraes@yahoo.com.br

Rodrigo Santaella Gonçalves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6190-8966>

Instituto Federal do Ceará, Brasil

E-mail: rodrigo.santaella@ifce.edu.br

Resumo

O Brasil a partir da década de 1990 com as reformas da educação e a modernização do Estado, implementou políticas visando a avaliação e aferição da educação. Em 2005 cria-se o IDEB que é um índice que quantifica a aprendizagem dos alunos em Português e Matemática fazendo a relação com o fluxo escolar. Esse estudo analisa os indicadores educacionais do IDEB no estado do Amapá e a sua relação com a qualidade da educação ofertada no ensino fundamental nos anos iniciais. Através da coleta de dados em plataformas públicas de indicadores educacionais se constatou os baixos indicadores educacionais, que é um reflexo da influência de dois fatores analisados nessa pesquisa: a falta de infraestrutura e equipamentos de aprendizagem e também pela ausência da gestão democrática na quase totalidade das escolas públicas amapaenses, fatos esses que impediram o estado de atingir as metas do IDEB entre 2013 e 2019.

Palavras-chave: IDEB; Indicadores educacionais; Qualidade da educação; Amapá.

Abstract

Brazil, from the 1990s onwards, with education reforms and the modernization of the State, implemented policies aimed at evaluating and gauging education. In 2005, IDEB was created, which is an index that quantifies students' learning in Portuguese and Mathematics, relating it to school flow. This study analyzes IDEB's educational indicators in the state of Amapá and their relationship with the quality of education offered in elementary school in the early years. Through the collection of data on public platforms of educational indicators, low educational indicators were found, which is a reflection of the influence of two factors analyzed in this research: the lack of infrastructure and learning equipment and also the absence of democratic management in almost all of the public schools in Amapá, facts that prevented the state from achieving the IDEB goals between 2013 and 2019.

Keywords: IDEB; Educational indicators; Quality of education; Amapá.

Resumen

Brasil, a partir de la década de 1990, con las reformas educativas y la modernización del Estado, implementó políticas destinadas a evaluar y medir la educación. En 2005, fue creado el IDEB, que es un índice que cuantifica el aprendizaje de los estudiantes en portugués y matemáticas, relacionándolo con el flujo escolar. Este estudio analiza los indicadores educativos del IDEB en el estado de Amapá y su relación con la calidad de la educación que se ofrece en la educación primaria en los primeros años. A través de la recolección de datos en plataformas públicas de indicadores educativos, se encontraron indicadores educativos bajos, lo que es reflejo de la influencia de dos factores analizados en esta investigación: la falta de infraestructura y equipamiento de aprendizaje y también la ausencia de gestión democrática en casi todos los países. de las escuelas públicas de Amapá, hechos que impidieron al Estado alcanzar las metas del IDEB entre 2013 y 2019.

Palabras clave: IDEB; Indicadores educativos; Calidad de educación; Amapá.

1. Introdução

O presente estudo tem como intuito investigar e analisar os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado do Amapá. Para compreendermos um pouco sobre a realidade da educação básica no ensino fundamental em seus anos iniciais, usamos o IDEB como ponto de partida, como forma de refletir sobre as condições gerais da educação pública no estado. Para isso analisaremos também a relação entre o IDEB e a infraestrutura de escolas e a implantação da gestão democrática.

A educação é uma das mais importantes políticas públicas adotadas pelos governos para atender a sua população. No Brasil, a partir dos anos de 1990 com a pressão de organismos internacionais com a reestruturação econômica dos países latino-americanos, a educação básica esteve no centro das atenções, principalmente para se melhorar os indicadores de aprendizagem do ensino fundamental, etapa principal da educação básica.

Houve então a implantação de sistemas de avaliações externas que pudessem mensurar a aprendizagem dos alunos. Porém isso não é tão novo assim, Mello e Souza (2005) afirmam que avaliação e educação sempre foram elementos inter-relacionados. Dependendo do período histórico, a avaliação já serviu em dado momento para separar os alunos supostamente inaptos dos mais capacitados nas séries iniciais do ensino fundamental, já hoje existe outro enfoque, mais voltado para a lógica da qualidade na educação, tentando através de indicadores mensurar o fluxo escolar discente e/ou o desempenho do aluno visando favorecer o crescimento econômico, mas ao mesmo tempo ignorando a realidade das escolas brasileiras, principalmente aquelas situadas na periferia dos centros econômicos do país.

Ao analisar a regulação da educação e suas reformas no Brasil ainda nos anos 90, durante o governo FHC, podemos apontar a LDBEN, Lei 9394/96 que regulamentou a educação e a criação do FUNDEF, posteriormente substituído pelo FUNDEB, que serviram para materializar a concepção de um governo que estava alinhado às ideologias das políticas neoliberais. A justificativa dessas decisões tem como argumentação a modernidade do Estado, tornando-o mais eficiente e, simultaneamente, garantindo que as políticas educacionais respondessem aos aspectos econômicos e sociais do país. Assim, as políticas atenderam à nova função pública de um Estado normalizador, regulador e avaliador. Sob as influências neoliberais, a educação assim passou a ser avaliada como um produto e que a partir desse momento deveria ser pensada como apenas uma equação do mercado. Segundo Fernandes (2007) a meta 6,0 do IDEB a nível nacional no ensino fundamental é o objetivo em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), que corresponde à média dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) observada atualmente.

2. Metodologia

Buscamos em nossa pesquisa um enfoque quantitativo e qualitativo através da consulta de indicadores educacionais em plataformas digitais e em pesquisas bibliográficas. Através dos dados quantitativos se buscou interpretar e descrever os mesmos de forma objetiva ao mesmo tempo em que se procura explicar os fatos de acordo com o material bibliográfico pesquisado.

Triviños (1987) considera que:

[...] seja necessário lembrar os pontos de vista do marxismo sobre o qualitativo e o quantitativo. Já dissemos que surgiu uma dicotomia no campo da pesquisa da educação que ainda alguns procuram manter. Essa dicotomia, já o indicamos, não tem razão de existir, analisada da perspectiva marxista e da própria experiência dos pesquisadores (Triviños, 1987, p.117).

Para Demo (1998):

Não faz sentido apostar na dicotomia entre quantidade e qualidade, pela razão simples de que não é real. Pode-se, no máximo, priorizar uma ou outra, por qualquer motivo, mas nunca para insinuar que uma se faria às expensas da outra, ou contra a outra. Todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual (Demo, 1998, p.82).

Assim, segundo o ponto de vista desses autores, os métodos quantitativos e qualitativos se complementam, corroborando com Minayo e Sanches (1993, p. 277), que afirmam “com argumentações teóricas e práticas, que esses métodos são de natureza diferenciada, mas se complementam na compreensão da realidade social.

3. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

Em se tratando da avaliação das escolas em larga escala no Brasil, isso se tornou uma ferramenta usada pelo Estado para aferir a qualidade na educação, se transformando em um grande desafio dadas as características econômicas, sociais, políticas, culturais e a grande extensão territorial do nosso país. Dessa forma tem-se avaliações em grande escala aplicadas em todo o país aplicadas desde escolas do Rio Grande do Sul até as escolas de cidades do interior do estado Amapá no extremo norte do país. Essas escolas avaliadas são classificadas através de indicadores que irão determinar o seu sucesso ou fracasso, ficando a cargo das mesmas a responsabilidade pela melhoria e alcance de metas dos seus indicadores nos ciclos de avaliação seguinte.

Há hoje uma ampla divulgação pelos órgãos do Governo Federal ligados ao Ministério da Educação e da mídia sobre a importância de um índice para avaliar a qualidade da educação, com destaque especial para as escolas, municípios ou estados da federação que atingiram ou ultrapassaram suas metas como se a qualidade da educação pudesse ser aferida ou quantificada, muito se fala nas escolas sobre isso. No entanto, uma das problemáticas das avaliações externas brasileiras é a sua parcialidade e/ou limitação em não avaliar outras áreas do conhecimento como as ciências humanas, por exemplo, simplificando e resumindo a qualidade na educação por indicadores limitados e padronizados não levando em consideração as especificidades e a realidade das escolas brasileiras.

Muitos quadros demonstrativos são criados através de indicadores ou dados estatísticos que têm como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi criado pelo INEP em 2005 e com metas projetadas a partir de 2007, representando uma iniciativa capaz de reunir em apenas um indicador, dois conceitos de igual importância para a qualidade da educação: médias de desempenho nas avaliações e fluxo escolar. Ele consegue agregar ao enfoque pedagógico os resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, assimiláveis de maneira fácil, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do SAEB e INEP – para os estados da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. O IDEB combina dois indicadores: os indicadores de fluxo, como promoção, repetência e evasão e o desempenho dos alunos em testes padronizados. O Mec (s.d) em seu *site* assim o descreve:

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Um aspecto importante que nos chama a atenção é a desigualdade dos indicadores do IDEB por região. De acordo

com o Inep (2021a), em seu *Resumo Técnico-Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / 2019*, na Região Norte, por exemplo, apenas 36,4% dos municípios conseguiram atingir a meta para a rede pública, que concentra a maior parte das matrículas na etapa de ensino. Por outro lado, a Região Sudeste, 73,9% das redes municipais apresentaram o IDEB 6,0 ou mais. O estado de São Paulo apresentou o maior índice do IDEB em sua rede municipal de ensino, 91,3%. Mas quando analisamos o estado do Amapá, nos deparamos com uma realidade negativa, e conforme gráficos e tabelas apresentados nesse estudo, o estado do Amapá não atingiu a meta feita pelo INEP em 2019 no ensino fundamental nos anos iniciais.

4. O IDEB do Estado do Amapá e a Infraestrutura de suas Escolas

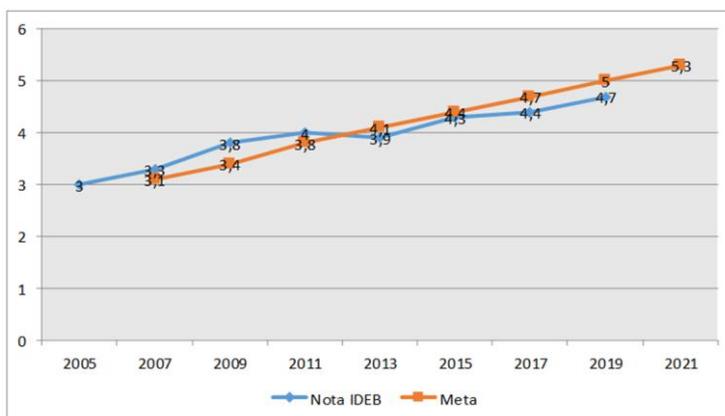
O estado do Amapá registrou um dos menores indicadores do IDEB na avaliação da *Prova Brasil* em 2019 nos anos iniciais do ensino fundamental. Para Riscal (2020, p. 286) “a situação do estado do Amapá pode ser considerada, talvez, a mais preocupante dentre todas as Unidades da Federação, tanto sob o ponto de vista dos valores do IDEB, como principalmente das práticas de gestão democrática e das condições de atuação docente nas escolas públicas”.

Os indicadores do estado do Amapá chamam muita a atenção em virtude de ser uma das poucas unidades da federação a não atingir as metas do IDEB durante quatro edições consecutivas entre 2013 a 2019 no ensino fundamental nos anos iniciais. Apresentamos em nosso trabalho tabelas e gráficos com informações sobre os indicadores educacionais do estado do Amapá retirados de plataformas como o QEdu, INEP e outras fontes de pesquisa que nos ajudam a compreender a dinâmica da educação no estado, principalmente suas peculiaridades que nos auxiliarão na análise a nível regional. O estudo desses indicadores é importante, e alguns estudos apontam isso como o de Brilhante *et al* (2020):

“Verificou-se que o Estado do Amapá ainda apresenta um déficit de rendimento de aprendizagem em relação à média dos outros estados da região Norte do Brasil. Diante do exposto, o artigo sugere que o IDEB cumpra sua função social descrita na meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) que trata o indicador como norteador de políticas públicas a serem implementadas no cotidiano escolar”. (Brilhante *et al.*, 2020, p. 2)

Com dados coletados em plataformas de domínio público, elaboramos o gráfico 1 abaixo que apresenta a evolução do IDEB do estado do Amapá nos anos iniciais do ensino fundamental de 2005 a 2019.

Gráfico 1 - Evolução do IDEB do estado do Amapá nos anos iniciais do ensino fundamental de 2005 a 2019.



Fonte: QEdu.org.br e dados do IDEB/INEP (2019).

De acordo com o Gráfico 1, observamos a evolução dos indicadores do IDEB do estado do Amapá e verificamos que na primeira parte das avaliações de 2007 a 2011, as notas superavam a meta IDEB, iniciando em 2005 com nota 3, atingindo

em 2007 3,3 e superando a meta de 3,1, em 2009 alcançou 3,8 de nota enquanto a meta era 3,4. Com nota 4 em 2011 superou mais uma vez a meta de 3,8. Porém, a partir de 2013, a meta não foi mais superada, sendo que em 2019 atingiu a nota 4,7 não atingindo a meta 5. Para 2021 a meta é 5,3 e é necessário melhorar 0,6 décimos para alcançá-la. Em relação às outras unidades da federação, se fizermos uma comparação, o estado do Amapá segue com uma avaliação negativa. No entanto é preciso considerar as características regionais do Amapá enquanto estado pertencente à região Norte do Brasil.

Para alguns autores dadas as características da territorialidade da Amazônia e da região Norte do Brasil, essa padronização das notas do IDEB deveria considerar os aspectos regionais, sendo necessária uma avaliação própria. Para Idalino (2021):

Compreendemos que há uma necessidade de que os sistemas de avaliação possam olhar para sua territorialidade, para dentro de suas “Amazônias”, sendo que desde o financiamento, da valorização e formação do trabalhador da educação, do acesso/permanência, exige-se um olhar singular que contribua efetivamente com o eixo da qualidade da educação para alcançar os povos que constituem a diversidade da região. (Idalino, 2021, p. 125).

A Tabela 1 abaixo publicada no relatório do Inep (2021a) denominado: *Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: 2019*, p. 21, apresenta por estado da federação o IDEB aferido entre 2005 a 2019, que nos serve de base para comparar os indicadores do Amapá da rede pública com os de outros estados nos anos iniciais do ensino fundamental.

Tabela 1 - IDEB - anos iniciais do ensino fundamental - rede pública – 2005 a 2019 – meta 2019.

Unidade da Federação	Ideb - rede pública										
	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Ideb 2017	Indicador de Rendimento (P) 2019	Nota média padronizada (N) 2019	Ideb 2019	Meta Ideb 2019
Brasil	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5	0,94	6,02	5,7	5,5
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2	4,3	4,7	4,9	0,90	5,58	5,0	4,9
Rondônia ⁽¹⁾	3,5	3,9	4,3	4,6	5,1	5,3	5,7	0,93	5,85	5,5	5,5
Acre ⁽¹⁾	3,3	3,7	4,2	4,5	5,0	5,3	5,7	0,93	6,28	5,8	5,3
Amazonas ⁽²⁾	2,9	3,4	3,8	4,2	4,5	5,0	5,3	0,93	5,74	5,3	4,9
Roraima ⁽¹⁾	3,6	4,1	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	0,93	5,87	5,5	5,6
Pará ⁽¹⁾	2,7	3,0	3,6	4,0	3,8	4,3	4,5	0,88	5,33	4,7	4,6
Amapá ⁽¹⁾	3,0	3,3	3,8	4,0	3,9	4,3	4,4	0,90	5,17	4,7	5,0
Tocantins ⁽¹⁾	3,4	4,0	4,4	4,8	5,0	5,0	5,4	0,95	5,80	5,5	5,4
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0	4,1	4,6	4,9	0,93	5,58	5,2	4,6
Maranhão ⁽¹⁾	2,7	3,5	3,7	3,9	3,8	4,4	4,5	0,94	5,11	4,8	4,7
Piauí ⁽¹⁾	2,6	3,3	3,8	4,1	4,1	4,6	5,0	0,93	5,87	5,4	4,6
Ceará ⁽¹⁾	2,8	3,5	4,1	4,7	5,0	5,7	6,1	0,98	6,38	6,3	4,8
R. G. do Norte ⁽¹⁾	2,5	3,2	3,5	3,8	4,0	4,4	4,5	0,90	5,24	4,7	4,4
Paraíba ⁽¹⁾	2,7	3,3	3,6	4,0	4,2	4,5	4,7	0,91	5,50	5,0	4,7
Pernambuco ⁽¹⁾	2,8	3,3	3,7	3,9	4,1	4,6	4,8	0,93	5,53	5,1	4,8
Alagoas ⁽¹⁾	2,4	3,1	3,4	3,5	3,7	4,3	4,9	0,96	5,58	5,3	4,3
Sergipe ⁽¹⁾	2,8	3,2	3,4	3,6	3,8	4,1	4,3	0,88	5,18	4,6	4,8
Bahia ⁽¹⁾	2,5	3,2	3,5	3,9	3,9	4,4	4,7	0,89	5,49	4,9	4,5
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4	5,6	6,0	6,2	0,97	6,44	6,2	6,2
Minas Gerais ⁽¹⁾	4,6	4,6	5,5	5,8	5,9	6,1	6,3	0,98	6,40	6,3	6,4
Espírito Santo ⁽¹⁾	3,9	4,3	4,8	5,0	5,2	5,5	5,7	0,95	6,24	5,9	5,9
Rio de Janeiro ⁽²⁾	4,0	4,1	4,4	4,8	4,9	5,2	5,3	0,91	5,95	5,4	5,9
São Paulo ⁽¹⁾	4,5	4,8	5,3	5,4	5,8	6,2	6,5	0,98	6,62	6,5	6,3
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4	5,6	5,8	6,0	0,95	6,50	6,2	6,1
Paraná ⁽¹⁾	4,4	4,8	5,3	5,4	5,8	6,1	6,3	0,96	6,73	6,4	6,3
Santa Catarina ⁽¹⁾	4,3	4,7	5,1	5,7	5,9	6,1	6,3	0,96	6,52	6,3	6,2
R. G. do Sul ⁽¹⁾	4,1	4,5	4,7	5,1	5,4	5,5	5,6	0,93	6,23	5,8	6,0
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3	5,5	5,8	0,95	6,16	5,9	5,7
M. G. do Sul ⁽¹⁾	3,4	4,1	4,5	5,0	5,0	5,3	5,5	0,91	6,08	5,5	5,3
Mato Grosso ⁽¹⁾	3,5	4,3	4,8	4,9	5,2	5,5	5,7	0,98	5,86	5,7	5,5
Goiás ⁽¹⁾	3,8	4,1	4,7	5,1	5,5	5,6	5,9	0,96	6,23	6,0	5,8
Distrito Federal ⁽¹⁾	4,4	4,8	5,4	5,4	5,6	5,6	6,0	0,95	6,47	6,1	6,3

Fonte: MEC/INEP. Nota: Média do SAEB 2011 e IDEB 2011 calculadas sem as escolas federais.

Comparando com outras unidades da federação, de acordo com a Tabela 1, o Amapá se iguala ao estado do Pará com nota IDEB 4,7, ficando apenas acima do estado de Sergipe, que atingiu 4,6. Em relação à meta para 2019, não alcançou a mesma junto com os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que possuem médias acima da nacional e ainda o Rio de Janeiro, Roraima e Sergipe, que possuem médias abaixo do índice nacional. Indicadores tão baixos assim podem indicar a influência de fatores intraescolares como a precarização das escolas na falta da oferta de uma educação de qualidade que vão desde a falta de infraestrutura básica e de espaços e equipamentos de aprendizagem, falta de treinamento e formação continuada para seus professores até problemas extraescolares, dada a realidade socioeconômica do estado do Amapá.

Considerando os 16 municípios do estado do Amapá, Segundo o Inep (2021a) somente 15 obtiveram nota IDEB em 2019 nos anos iniciais e apenas 02 alcançaram a meta, Serra do Navio com nota e meta alcançada de 4,9 e Pedra Branca do Amapari com nota 4,7 e meta 4,5, ou seja, 87% dos outros municípios amapaenses não alcançaram a meta nesta modalidade de ensino. A Tabela 2 abaixo apresenta o número de municípios que atingiram a meta do IDEB nos anos iniciais por unidade da federação e serve para se fazer uma comparação do Amapá com outros estados.

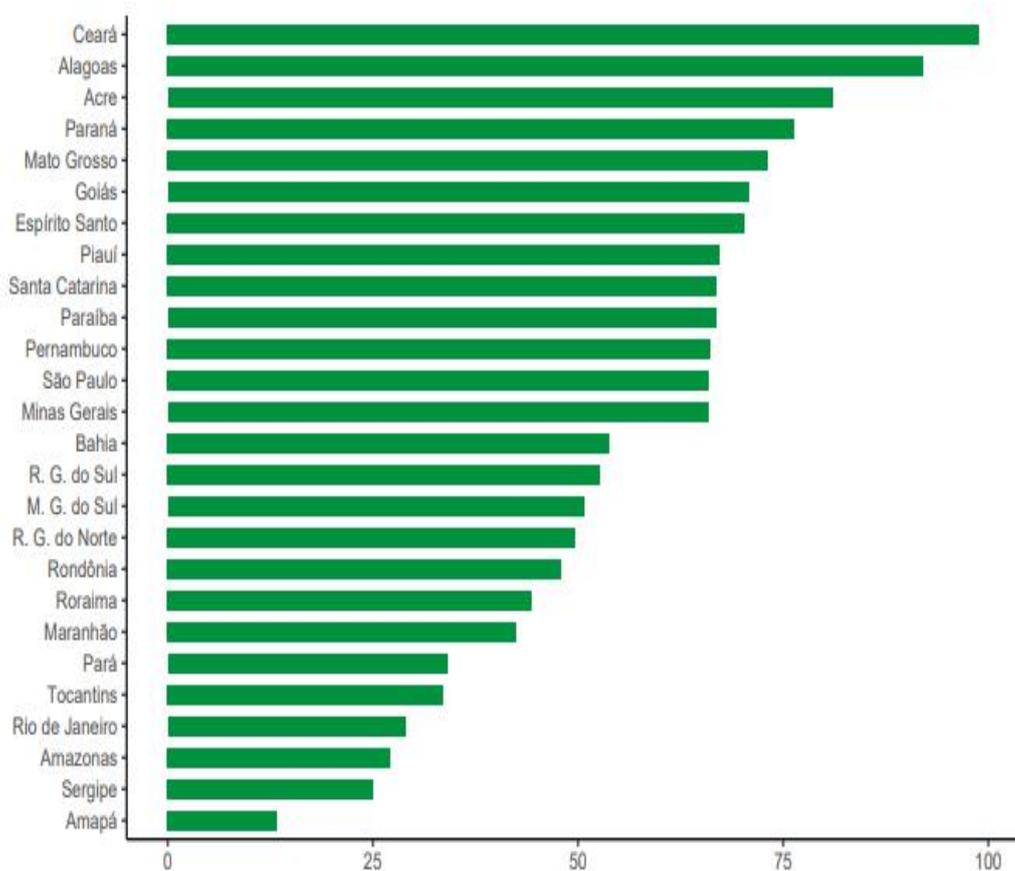
Tabela 2 - Anos iniciais do ensino fundamental - rede municipal - número de municípios e o resultado do IDEB em relação à meta de 2019.

Unidade da Federação	Número de municípios com meta calculada para 2019	Número de municípios que alcançaram a meta em 2019	
		Total	%
Brasil	5.108	3.160	61,9
Norte	423	154	36,4
Rondônia	50	24	48,0
Acre	21	17	81,0
Amazonas	59	16	27,1
Roraima	9	4	44,4
Pará	141	48	34,0
Amapá	15	2	13,3
Tocantins	128	43	33,6
Nordeste	1.740	1.086	62,4
Maranhão	212	90	42,5
Piauí	217	146	67,3
Ceará	184	182	98,9
R. G. do Norte	149	74	49,7
Paraíba	211	141	66,8
Pernambuco	183	121	66,1
Alagoas	101	93	92,1
Sergipe	72	18	25,0
Bahia	411	221	53,8
Sudeste	1.535	981	63,9
Minas Gerais	767	505	65,8
Espírito Santo	74	52	70,3
Rio de Janeiro	90	26	28,9
São Paulo	604	398	65,9
Sul	985	650	66,0
Paraná	397	303	76,3
Santa Catarina	260	174	66,9
R. G. do Sul	328	173	52,7
Centro-Oeste	425	289	68,0
M. G. do Sul	73	37	50,7
Mato Grosso	119	87	73,1
Goiás	233	165	70,8

Fonte: MEC/INEP.

O Gráfico 2 abaixo destaca o Amapá com o menor percentual de municípios que atingiram a nota IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.

Gráfico 2 - Anos iniciais do ensino fundamental percentual de municípios que atingiram a meta por UF - Rede Municipal - 2019.

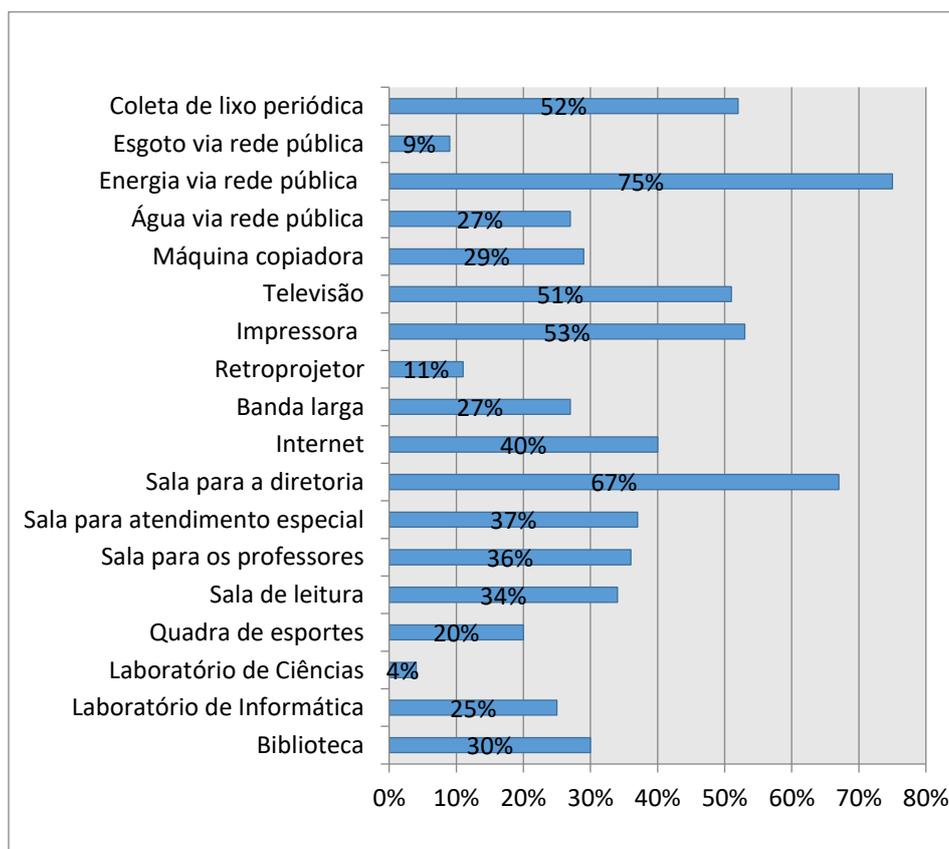


Fonte: MEC/INEP.

Conforme a Tabela 2 e Gráfico 2 destacam; dos 15 municípios do Amapá avaliados, apenas 02 ou 13,3% alcançaram a meta IDEB para 2019, assim o estado Amapá ficou em último nesse quesito e comparando com o Rio de Janeiro, o segundo pior, 28,9% dos municípios alcançaram a meta, mais que o dobro. No entanto, conforme o Inep (2021a, p. 31), a diferença para a melhor unidade da federação avaliada com melhor índice, o Ceará, se destaca com 182 de 184 ou 98,9% dos municípios alcançando a meta IDEB 2019. Isso demonstra claramente os poucos avanços do Amapá nos indicadores IDEB, mas também mostra que é possível chegar a uma situação ideal de quase todos os municípios alcançarem a meta. Todavia alguns fatores no têm contribuído para esses baixos indicadores, além de aspectos intraescolares, o estado é relativamente recente, foi criado junto com a Constituição Federal de 1988, e a partir dos anos de 1990, iniciou o seu processo de estadualização da educação precisando assim consolidar e aprimorar cada vez mais seu sistema de ensino.

Quando se observa os baixos indicadores do IDEB no estado do Amapá, se questiona como é a oferta da educação. O Censo Escolar 2019 informa o que o poder público oferece nas escolas para os jovens aprenderem e professores ensinarem uma educação de qualidade. Considerando 100% a porcentagem ideal, alguns espaços e equipamentos educacionais existentes nas escolas estão muito longe disso, conforme o Gráfico 3 abaixo apresenta.

Gráfico 3 - Infraestrutura e equipamentos de aprendizagem na rede pública do ensino fundamental regular do Estado do Amapá em 2019.



Fonte: Censo Escolar / INEP/MEC, Plataforma QEdu.

Conforme o Gráfico 3 acima em destaque, observamos que os principais espaços e equipamentos educacionais estão em quantidades insuficientes na maioria das escolas da rede regular do ensino fundamental da rede pública no Amapá. As bibliotecas só estão presentes em 30% das escolas, laboratório de informática 25%, laboratório de ciências só existe em 4%, salas de leitura 34% e até salas para professores só 36%. Quanto à tecnologia só 40% das escolas possuem internet e banda larga só 27%. Quanto ao saneamento básico apenas 9% e 27% das escolas possuem esgoto e água via rede pública, respectivamente.

Quanto à falta desses equipamentos e espaços de aprendizagens, o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 na sua estratégia 7.18 da Meta 7, ressalta a importância do que se precisa ser atendido quanto a infraestrutura da educação básica:

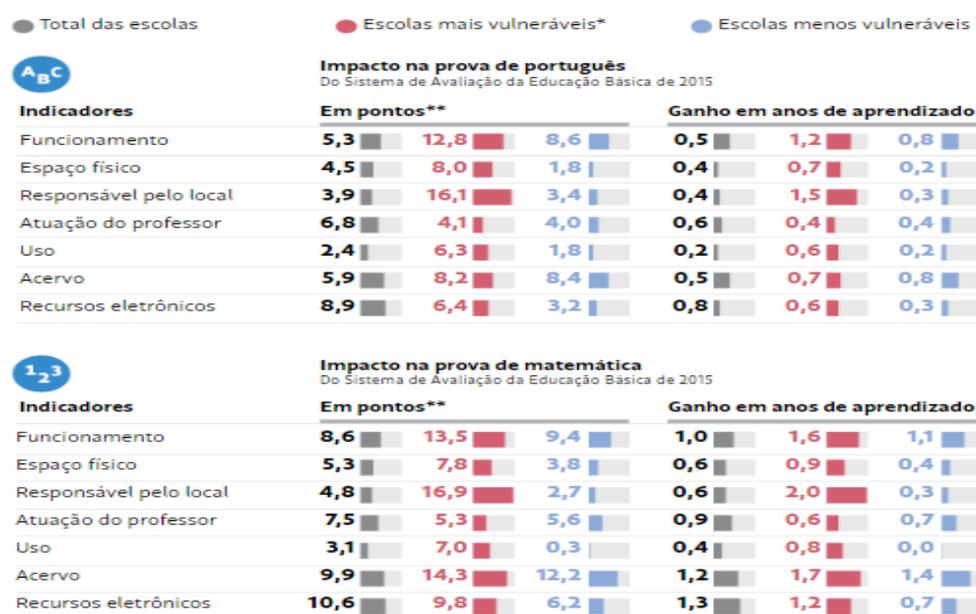
7.18. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência (Brasil, 2014).

Considerando os baixos índices de existência de salas de leitura e bibliotecas nas escolas públicas amapaenses, o Instituto Pró-Livro – IPL em 23 de abril de 2019 publicou uma pesquisa “*Retratos da Leitura – Bibliotecas Escolares*” encomendada ao INSPER, Instituto de Ensino e Pesquisa, na qual estudou o impacto da presença de bibliotecas e de espaços de leitura na aprendizagem dos alunos. Importante mencionar também que esse estudo foi realizado para descobrir como está

sendo cumprida a lei 12.244/2010 que previa a universalização das bibliotecas nas escolas públicas em 2020, porém há um projeto de lei 9.484/18 ampliando esse prazo para 2024.

De um total de 500 escolas pesquisadas em 17 unidades da federação, o estudo constatou que 61% das escolas públicas brasileiras não possuem bibliotecas ou salas de leitura. Desse montante, 68% são municipais, 40% são estaduais e 3% federais. Ainda segundo o estudo, 84% são rurais e 70% estão nas regiões Norte e Nordeste. O estudo visava relacionar que a existência e o bom funcionamento e bibliotecas e espaços de leitura nas escolas públicas com uma melhor aprendizagem e melhoria dos indicadores educacionais. O Quadro 1 abaixo demonstra o impacto disso no aprendizado dos alunos.

Quadro 1 - Bom funcionamento da biblioteca e aprendizado dos alunos.



Amostragem: 500 escolas públicas estaduais e municipais em 17 estados

* Alunos vêm de famílias de baixa renda, segundo critérios do INSE (Índice de Nível Socioeconômico).

** Na escala Saeb, que vai de 0 a 500 pontos.

Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura em Bibliotecas Escolares, do Instituto Pró-Livro.

A pesquisa demonstrou, conforme a tabela acima, que há uma melhora significativa na proficiência em Português e Matemática em escolas que apresentam um bom funcionamento de sua biblioteca em relação às que não apresentam. A pesquisa concluiu então que um bom espaço físico com o funcionamento adequado de uma biblioteca corresponde a um ganho de 0,2 a mais de nota IDEB, sendo que um bom acervo de livros e a existência de recursos eletrônicos como computadores com internet para o uso de alunos equivalem a uma melhoria de 0,4 de nota IDEB para cada um. Importante ressaltar também, que na pesquisa o papel do responsável qualificado pela biblioteca, corresponde a 16 pontos a mais no exame de proficiência de Português e Matemática.

Um outro estudo publicado em 2019 e encomendado pela UNESCO a UFMG, *Qualidade da Infraestrutura das Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Brasil*, destacou a importância da infraestrutura das escolas como um fator de qualidade da educação e que influencia positivamente indicadores educacionais como o IDEB. Em resumo, o estudo fez a relação entre infraestrutura e resultados do Ideb:

O Ideb sintetiza dois resultados educacionais: o desempenho médio dos alunos mensurados pela Prova Brasil (avaliação em larga escala) e a média das taxas de aprovação na etapa escolar. Verificamos que os valores mais altos dos indicadores de infraestrutura estão mais concentrados em escolas que apresentam melhores resultados do Ideb.

(Unesco, 2019, p.8)

Considerando esses estudos e a realidade nas escolas públicas amapaenses, aquelas com melhor infraestrutura apresentam melhores resultados do IDEB. Para Vasconcelos *et al*, (2021)

[...] o desempenho do aluno não depende somente de seu próprio esforço. Cabe ao poder público fornecer meios para que as escolas disponham de insumos básicos para exercer suas atividades com qualidade e para que todos os alunos tenham acesso a um ambiente favorável à aprendizagem, reduzindo, assim, as desigualdades no Ensino. (Vasconcelos *et al*, 2021, p. 892).

Assim, é de responsabilidade do poder público e dos gestores educacionais criar mecanismos e concentrar mais investimentos visando melhor estruturação de suas escolas visando a melhoria da oferta e qualidade da educação.

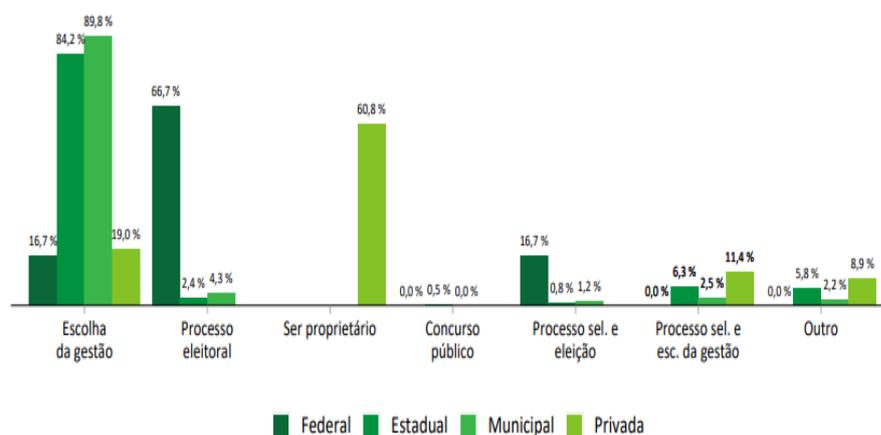
5. A gestão democrática nas escolas públicas amapaenses e o IDEB

O debate sobre a gestão democrática na escola pública brasileira ocorre com mais força a partir da promulgação da nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 sendo assegurada posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96. Para Santos (2013, p. 369) “uma gestão de educação orientada por princípios democráticos participativos no ensino público pode favorecer a melhoria da qualidade da educação”. Visando isso, o Plano Nacional de Educação, através da lei 13.005/2014, estabelece na sua Meta 19:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Sobre a importância da gestão democrática, alguns autores como Paro (2006), considera que só teremos de fato uma escola pública no momento em que a mesma for democrática, com a tomada de decisões sendo feita através dos representantes da comunidade escolar e não apenas pelo diretor da escola. Quando consideramos a gestão democrática nas escolas públicas amapaenses, passados 06 anos da aprovação do PNE em 2014, o estado do Amapá possui ainda uma porcentagem bem alta de gestores de escolas públicas indicados pela gestão, tanto no âmbito estadual como municipal conforme demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4 - Percentual de diretores, por forma de acesso ao cargo, segundo a rede de ensino – Amapá – 2020.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Quando se verifica a forma de acesso ao cargo de diretor das escolas, a rede estadual predomina com 84,2% escolha da gestão ou indicação, sendo que na rede municipal, o número é superior chegando a 89,8%. Quando se analisa a dimensão gestão democrática na qualidade da educação, a literatura afirma que a falta de mecanismos democráticos e técnicos na escolha de gestores escolares possuem influência direta sobre o desempenho escolar, algo que acaba respingando negativamente nos indicadores educacionais. Para Riscal (2016):

A gestão escolar democrática não apenas se alinha à formação de cidadãos autônomos e conscientes, mas também, como consequência secundária, contribui para a elevação dos indicadores oficiais de desempenho escolar, criando as condições para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelas políticas públicas, por meio de uma escola em que todas as vozes tenham o direito de serem ouvidas e sejam plenamente participantes (Riscal, 2016, p.152).

Ao comparar com outros estados da federação, unidades federativas com melhores indicadores do país no IDEB apresentam percentual na gestão democrática inversa à do Amapá. Conforme o Inep (2021b, p. 61) o estado do Ceará, por exemplo, com melhor desempenho do IDEB no país, de acordo com Censo Escolar 2020, 99,6% do acesso à escolha de diretores escolares é feita através de processo seletivo e eleição.

Segundo Paro (2003) a eleição de diretores de escolas é um instrumento da democracia:

A eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor de escola pública. Tal relevância fundamenta-se na necessidade do controle democrático do Estado por parte da população, no sentido do provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade (Paro, 2003, p. 26)

Mota, *et al.* (2021) consideram que a gestão democrática é positiva e concordam com Paro (2003) no sentido da mesma reduzir a influência de agentes políticos na escolha dos diretores de escolas:

A eleição pode ser um dos métodos que incentiva o gestor eleito a um maior comprometimento com aqueles que o elegeram e, no que no que diz respeito à escola, pode ser percebida como um instrumento de luta contra o clientelismo e o autoritarismo e, simultaneamente a tudo isso, pode ser também, um dos mecanismos a serviço da gestão democrática da escola pública. (Mota *et al.* 2021, p. 5)

O estado do Amapá já possui a Lei nº 1.503, de 09 de julho de 2010 que dispõe sobre a regulamentação da gestão democrática escolar nas unidades escolares do sistema estadual de ensino, porém o avanço e aplicação da mesma ocorre de forma insuficiente conforme o gráfico 4, se tornando em um grande desafio sua implementação na gestão educacional visando uma participação mais igualitária da comunidade escolar na tomada de decisões possibilitando uma educação de melhor qualidade, através do mecanismo da gestão democrática. Sobre o pouco avanço da gestão democrática é importante considerar as afirmações de Silva e Barbalho (2019) sobre isso:

[...] é preciso que a Secretaria de Educação do Estado da Educação do Amapá (SEED-AP) dê todo o suporte necessário às escolas e demais instituições envolvidas nos processos que antecedem e sucedem as escolhas dos dirigentes escolares de suas unidades de ensino. É necessário a implementação da Lei 1.503 de 2010 de forma efetiva e eficiente, logo até o ano 2019 (data de finalização do presente trabalho) das 396 escolas da rede estadual de ensino, somente 10 possuíam a gestão democrática, via eleição de gestores. (Silva & Barbalho, 2019, p.98).

A crise e o desmantelamento da educação do Amapá se constitui em algo recorrente desde a sua estadualização nos anos 90, que se caracterizou pela imprevisibilidade de suas políticas de educação conforme pôde apontar Sá (2018):

O caráter provisório e imprevisível das políticas de educação também se consolidou nesta década, uma vez que

mudança de governo significava mudança de pessoal nas secretarias, em especial a de educação, e redirecionamento político seguindo a ideologia e filiação (ou preferência) partidária, gerando assim um círculo vicioso que se renovava em cada nova eleição. As práticas partidárias e clientelistas comuns no Amapá, e na SEED, antes da estadualização, parecem ter se intensificado após a estadualização, como perceberam os entrevistados, impedindo assim que fossem estabelecidos instrumentos favoráveis à continuidade e sustentação das políticas educacionais, da gestão dos sistemas e das unidades escolares públicas, o que veio a favorecer a educação privada e conduziu a educação pública do estado à situação de “desmantelamento”. (Sá, 2018, p. 138).

Considerando a ampla discussão aqui da problemática dos indicadores do IDEB no estado do Amapá e o contexto interno da sua educação, é necessário um amplo debate na sociedade civil acerca dos caminhos que são possíveis de trilhar na busca de melhorias qualitativas na oferta da educação como política pública capaz promover a redução das desigualdades socioeconômicas, garantindo o acesso à cidadania, formando jovens atuantes e críticos capazes de lutar por seus direitos e por uma sociedade mais igualitária.

6. Considerações Finais

Destacamos a importância do IDEB como índice capaz de aferir a qualidade da educação, mas que, no entanto, possui limitações haja visto o contexto de sua criação e seus objetivos que visam apoiar as políticas neoliberais, transformando a educação em um produto do mercado, no entanto, o indicador é importante para o planejamento de políticas públicas em educação, em virtude do seu caráter censitário e também como única alternativa ou mecanismo de avaliação externa da grande maioria de estados e municípios brasileiros.

Apontamos especificamente os indicadores educacionais do ensino fundamental nos anos iniciais no estado do Amapá, que se apresentaram abaixo das metas estabelecidas pelo MEC/INEP. Mencionamos a falta de infraestrutura das escolas amapaenses, principalmente espaços e equipamentos de aprendizagem, e discutimos a necessidade de investimentos, visando uma estruturação melhor das escolas públicas amapaenses. Mostramos também a importância de salas de leitura e bibliotecas que, bem equipadas podem influenciar de maneira positiva os indicadores educacionais como o IDEB.

Analizamos também a necessidade da implementação da gestão democrática nas escolas públicas amapaenses, um tema tão discutido nacionalmente, mas que no Amapá tem avançado tão pouco em virtude da imprevisibilidade das políticas educacionais no estado, fruto da mudança de governos que impedem a continuidade e sustentação de políticas educacionais nas últimas décadas.

Enfim, ressaltamos com base nesse artigo, que não esgotamos a análise, pois é preciso aprofundar os aspectos epistêmicos das políticas educacionais a nível de estado do Amapá em que uma avaliação em larga escala pode favorecer o campo educacional. Sendo assim, é necessário futuramente analisar e focar também em outros fatores capazes de melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como por exemplo, o financiamento educacional e a formação e valorização de professores para a melhor oferta da qualidade da educação a nível estadual.

Referências

- Amapá. (2010). *Lei nº 1.503, de 9 de julho de 2010*. Regulamenta a gestão democrática escolar nas unidades escolares da rede estadual de ensino. *Diário Oficial do Estado do Amapá*. http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=1503,%20de%2009/07/10
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Brilhante, A. L. P., Fecury, A. A., Freitas, R. I. R., Dendasck, C. V., Araújo, M. H. M., Macêdo, J. R., Moreira, E. C. de M., Souza, K. O., Silva, I. R., Oliveira, & Dias, C. A. G. M. (2020). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), observado e projetado, das escolas estaduais do norte do Brasil e do estado do Amapá entre 2007 e 2017*. *Research, Society and Development*, 9(7), e712974871. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4871>.

Demo, P. (1987). *Introdução ao ensino da metodologia da ciência*. Vol. 2. São Paulo: Ed. Atlas.

Demo, P. (1998). *Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo*. *Revista latino-americana de enfermagem*, Ribeirão Preto, 6(2), 89-104. <https://www.scielo.br/j/rlae/a/wSwfj7n6VCZJ4gShkMCF9f/?format=pdf&lang=pt>

Fernandes, R. (2007). *O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas*. INEP/MEC. https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf.

Idalino, A. C. F. (2021). *Políticas de avaliação no Brasil: perspectivas de qualidade e autonomia impressas nas sistemáticas de avaliação da região norte (2009-2019)*. Dissertação de Mestrado. Universidade federal do Amapá. Macapá. 133 p. https://www2.unifap.br/ppged/files/2021/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ADRIANA-CRISTINA-FURTADO-IDALINO_VERS%C3%83O-FINAL.pdf

Inep. (2021a). *Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica : 2019 : resumo técnico* [recurso eletrônico]. – Brasília. 81 p. : il. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resultados_indice_desenvolvimento_educacao_basica_2019_resumo_tecnic_o.pdf.

Inep. (2021b). *Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2020* [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. 20 p. : il. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_ceara_censo_da_educacao_basica_2020.pdf

Instituto Pró-Livro. (2019). *Retratos da Leitura em bibliotecas escolares*. https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/11/ipl_relatorio_final.pdf.

Mec. (s.d). *Ideb - Apresentação*. Site. <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>.

Mello, & Souza, A. (2005). *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). *Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?* *Caderno de Saúde Pública*. 9(3), 239-62. <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=p>.

Mota, P. A. T., Dantas, C. W. M., Fernandes, L. S. L., & Dublante, C. A. S. (2021). *Democratização da gestão escolar: mecanismos de participação na escola*. *Research, Society and Development*, 10(12), e374101220297. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20297>.

Paro, V. H. (2003). *Eleições de Diretores: a escola pública experimenta a democracia*. (2ª. ed.) São Paulo. Ed. Xamã.

Paro, V. H. (2006). *Gestão democrática da escola pública*. (3ª ed.): Ática.

Pedra Branca do Amapari. (2019). *Ideb*. Site. <https://qedu.org.br/cidade/3446-pedra-branca-do-amapari/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2019>.

Riscal, J. R., & Luiz, M. C. (2016). *Gestão democrática e a análise de avaliações em larga escala: o desempenho de escolas públicas no Brasil*. 159 p. São Carlos: Pixel. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49171-gestao-democratica-e-a-analise-de-avaliacoes-larga-escala&Itemid=30192.

Riscal, J. R. (2020). *Correlação do IDEB 2015 com os indicadores educacionais: a situação atual das unidades federativas do Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12800>.

Sá, A. D. (2018). *A Educação Básica no Amapá Pós Estadualização: Perspectivas do Poder Público e Percepções dos Profissionais da Educação*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Amapá –UNIFAP. <http://repositorio.unifap.br/handle/123456789/267>.

Santos, M. P. (2014). *Gestão e democracia na escola: implicações para o debate*. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, 5(10), 356–371. <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/315>.

Serra do Navio. (2019). *Ideb*. Site. <https://qedu.org.br/cidade/3444-serra-donavio/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2019>.

Silva, N. C., & Barbalho, A. A. (2019). *O Processo de Escolha de Gestores Escolares no Estado do Amapá*. *Inovação & Tecnologia Social*, 1(2), 162–177. <https://doi.org/10.47455/2675-0090.2019.1.2.2051>.

Travitzki, R. (2020). *Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa?* Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, 28(107), 500-520, abr./jun. <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pQL73NQVkgPcWSxDtzFb5Tj/?format=pdf&lang=pt>.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Ática.

Unesco. (2019). *Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil*. Relatório. Brasília: 122 p. <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Qualidade-dainfraestrutura-das-escolas-p%C3%BAblicas-do-ensino-fundamental-no-Brasil-UNESCODigital-Library.pdf>.

Vasconcelos, J. C., Lima, P. V. P. S., Rocha, L. A., & Khan, A. S. (2021). *Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional*. *Ensaio (Rio de Janeiro. online)*, p. 874-898, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802245>.